Mobilização social via mídias digitais e o capital social: estudo sociocultural do blog Lagarta Vira Pupa[1]

Patricia Carla Gonçalves Salvatori[2]
Faculdade Cásper Líbero/ ECA-USP

Resumo

A partir de reflexões sobre capital social (BARQUERO, 2003; BOURDIEU, 2003; MATOS, 2007, 2009); comunicação para cidadania (KUNSCH, 2007; OLIVEIRA, 2011; PERUZZO, 1986, 2007); e mobilização social (HENRIQUES, 2013; TORO; WERNECK, 2004), este artigo busca refletir sobre comunicação para cidadania, mobilização social e o possível correlação entre mobilização nas mídias digitais em prol de pessoas com deficiência e ganho de capital social, a partir de estudo sociocultural da página do Facebook do blog Lagarta Vira Pupa. O estudo foi desenvolvido por meio da Análise de Redes Sociais (RECUERO, 2014), visando mapear a interação da página com seus seguidores, bem como destes com a página, a partir da perspectiva sociocultural, e apontou uma interação pessoal e emocional entre administradora da página e seus seguidores, permitindo constatar a existência de capital social na relação intergrupal.

Palavras-chave
Autismo; Capital social; Comunicação para cidadania; Mobilização social; Pessoas com deficiência.

Introdução

De acordo com o censo demográfico do IBGE (2010), um em cada quatro brasileiros possui alguma deficiência, seja do tipo visual, auditiva, motora, intelectual ou múltipla. Esse amplo recorte da população brasileira, bem como seu círculo de familiares e responsáveis, necessita de uma carga extrema de esforços para a garantia e manutenção de seus direitos, assim como para a conquista de seu lugar de fala na sociedade, o que nos remete à busca pelo reconhecimento de direitos e ideais de justiça, proclamada por Axel Honneth (2009).

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Doutoranda e Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP; Professora e coordenadora do curso de Relações Públicas da Faculdade Cásper Líbero; Diretora administrativa da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (ABRAPCORP); Editora assistente da Revista ORGANICOM. E-mail: psalvato@uol.com.br

As dificuldades físicas, emocionais, financeiras e jurídicas impostas a uma pessoa com deficiência (PCD), aliadas à recorrente falta de conhecimento dos demais atores da sociedade, derivam para o que Honneth (2009, p. 216) descreve como "desrespeito pessoal, infligidos a um sujeito pelo fato dele permanecer estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade". Situação essa que configura uma limitação severa para sua autonomia pessoal, bem como a negação de sua capacidade de interagir em pé de igualdade com os demais membros da sociedade, derivando para um sentimento, descrito pelo autor, como rebaixamento do próprio valor e vergonha, que

> pode tornar-se o impulso motivacional de uma luta por reconhecimento. Pois a tensão afetiva em que o sofrimento de humilhações força o indivíduo a entrar só pode ser dissolvida por ele na medida em que reencontra a possibilidade da ação ativa. [...] simplesmente porque os sujeitos humanos não podem reagir de modo emocionalmente neutro às ofensas sociais, representadas pelos maus-tratos físicos, pela privação de direitos e pela degradação, os padrões normativos do reconhecimento reciproco têm uma certa possibilidade de realização no interior do mundo da vida social em geral. (Honneth, 2009, p. 224).

Segundo Peruzzo (2007, p. 46) "a construção da cidadania está diretamente ligada à capacidade de articulação civil e da correlação de forças no embate político". Ou seja, os agentes da sociedade civil passam a se organizar em prol de objetivos comuns e defesa de seus direitos, possibilitando a mobilização social. (KUNSCH, 2007).

Devido à relevância e ao impacto social do tema para a sociedade como um todo, este artigo se propõe a refletir sobre comunicação para cidadania, mobilização social e o possível vínculo com o ganho de capital social, a partir da análise estudo sociocultural do blog e da página do Facebook Lagarta Vira Pupa, idealizados em 2012 por Andrea Werner, jornalista e mãe de uma criança então recém diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sobre o tema. A partir do levantamento, a autora pretende dar continuidade à sua pesquisa de doutorado sobre o potencial das relações públicas para a transformação da realidade, por meio das práticas comunicacionais e de mobilização, inclusão social e fortalecimento da cidadania para pessoas com deficiência.

Cidadania, mobilização social e capital social

Antes de dar início às reflexões sobre mobilização social e seu vínculo com a construção de capital social, se faz necessária uma revisão sobre os diversos conceitos e entendimentos sobre cidadania. De acordo com a lógica aristotélica, para que o ser humano possa existir em plenitude, se faz indispensável sua participação ativa em todos os assuntos públicos. Em que pese a severa restrição dos valores de liberdade e igualdade a este conceito de cidadania grega, pois só eram considerados cidadãos os seres humanos do sexo masculino de determinadas e restritas classes sociais, o senso comum sobre cidadania na sociedade ocidental vigente baseia-se na observância e na prática dos direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos. (CORTINA, 2005)

Para Oliveira (2011, p. 80) cidadania se baseia no "respeito aos direitos humanos, participação nos negócios públicos, deveres e direitos, inclusive os ecológicos, de gênero, étnicos, liberdade de expressão, respeito à individualidade e às identidades específicas e justiça social". Em consonância com a visão de Kunsch (2007, p. 63), segundo a qual "falar em cidadania implica recorrer a aspectos ligados a justiça, direitos, inclusão social, vida digna para as pessoas, respeito aos outros, coletividade e causa pública no âmbito de um Estado-nação".

Na concepção de Cicilia Peruzzo (2007), a comunicação para cidadania está habilitada para constituir um modelo de transformação social que proporciona o desenvolvimento participativo, sendo construída pelos cidadãos e estruturada com base na relação de direitos e deveres de todos os atores sociais. Há de se destacar o crescimento da importância do contexto social ao longo do século XX, ocupando espaço ao lado dos direitos políticos e jurídicos oriundos dos conceitos de cidadania nas civilizações grega e romana, respectivamente. As questões sociais vêm ganhando destaque a partir da segunda metade do século passado, no esforço de assegurar os direitos de grupos historicamente minorizados, como mulheres, idosos, crianças, minorias étnicas e religiosas, LGBTs e pessoas com deficiência. (VIEIRA, 2002)

Estes grupos, que tiveram seus direitos usurpados no curso da história, começam então a ser representados por entidades, associações e grupos de pessoas com interesses comuns, que utilizam sua capacidade de agir, influenciar comportamentos e gerar atitude nas demais esferas sociais. De acordo com Honneth (2009, p. 224), este potencial cognitivo para a transformação social está relacionado com o entorno político e cultural dos sujeitos atingidos, pois "somente quando o meio de articulação de um movimento

social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política".

Uma questão fundamental a ser ponderada é a implicação de um grau mais profundo de envolvimento dos indivíduos e dos grupos mobilizados, que ultrapasse a simples consciência sobre a importância da causa e o mero interesse em contribuir, atingindo o patamar de pertencimento e de corresponsabilidade, descrito por Henriques (2013).

> [...] as estratégias de mobilização, ao almejarem a geração de vínculos deste tipo, buscam transcender as meras ações pontuais, circunstanciais. A condição para isso é o estabelecimento da coesão e da continuidade do projeto, que são a ponte entre a ação isolada e a ação responsável. Entretanto, a função básica de gerar e manter vínculos dos públicos com o movimento depende, para ser bem-sucedida, do cumprimento de outras funções que devem estar devidamente integradas e articuladas, tais como difundir informações, promover a coletivização, registrar a memória e fornecer elementos de identificação com a causa e o projeto. (HENRIQUES, 2013, p. 21)

O que distingue um simples processo de troca de informações da efetiva comunicação para mobilização social, na percepção de Toro e Werneck (2004, p. 58), é que além de formarem opiniões próprias e que se disponham a agir, as pessoas devem se sentir donas da informação e que "...repassem-na, utilizem-na e tornem elas próprias fontes de novas informações. Para o sucesso de uma mobilização, é preciso que todos que dela participam tenham um comportamento comunicativo". De acordo com Heloiza Matos (2009), Alexis de Tocqueville, na obra A Democracia da América,

> destacou, de modo pioneiro, a importância das relações associativas entre diversas organizações voluntárias para a constituição de uma forma de democracia sustentada por um bom governo, garantindo um movimento histórico capaz de conduzir à igualdade de condições entre os atores da sociedade civil. (MATOS, 2009, p. 33)

A comunicação para a cidadania estabelece, com isso, um novo patamar de troca entre os atores sociais, ao transpor sua capacidade inerente de engajamento dos públicos em prol de objetivos privados, para a mobilização da opinião pública para seu engajamento frente a interesses públicos e comuns. Um aspecto fundamental na formação da opinião pública, segundo Farias (2016, p. 252), é o fato das organizações e pessoas buscarem "licença social, ainda que simbólica, para atuar". Para o autor, grupos sociais

"ocupam espaços antes destinados somente às mídias tradicionais na formação de poder e opinião".

Há de se considerar, entretanto, que a procura pelo diálogo constante e ponderado não deve pretender somente a neutralização de eventuais conflitos, como destacam Marques e Mafra (2013), mas "um espaço efetivo de trocas, de tratamento de problemas coletivos e de verificação conflitiva de uma pretensa igualdade entre os interlocutores". Segundo os autores, há muito o que evoluir antes de se alcançar o equilíbrio nesta relação dialógica, ainda imbricada por relações ocultas de controle, poder e persuasão pelas partes interessadas.

Na concepção de Kristin Demetrious (2013), é recomendada a utilização de práticas discursivas e comunicativas em relação a causas, para promover entendimentos que ajudem a pensar e agir de forma independente nos debates e na formação de juízo de valor de forma ponderada. A comunicação pode, segundo a autora, por meio de abordagem coerente e racional, "educar indivíduos em vez de persuadir, a fim de lançar luz sobre as complexas relações entre o Estado, empresas e setores civis e as consequências para a política pública". E o ativismo de base representaria, através da comunicação, a possibilidade de importantes contribuições para debates sociais.

Partindo para a etapa final deste capítulo, surge o complexo conceito de capital social, desenvolvido no campo da sociologia por Bourdieu (1980, apud MATOS, 2009, p. 35) como "o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento". De acordo com o autor, seria um atributo individual inserido no contexto social, pois remete à capacidade de mobilização cívica e da apropriação de capital econômico, cultural e simbólico nas relações sociais.

Ao relacionar as principais correntes teóricas, Matos (2009, p. 42/43) aponta a divergência da visão instrumental de Bourdieu focada no indivíduo, para as concepções de Robert Putnam e James Coleman, que priorizam a perspectiva do capital social como um aspecto inerente às redes e relações intergrupais, não podendo ser aportado na figura dos atores sociais. Ainda que tenha recebido inúmeras críticas por uma eventual falta de critérios científicos em suas pesquisas, Putnam (1997) se destacou, dentre outras linhas de estudos, pela vinculação entre capital social e engajamento cívico, em que prevalecem os interesses para questões públicas. Ainda segundo o autor, o declínio do engajamento

cívico e dos laços relacionais interpessoais, na segunda metade do século XX, estaria diretamente relacionado ao crescimento exacerbado dos centros urbanos e à migração das relações sociais presenciais para a esfera midiática e posteriormente tecnológica. (MATOS, 2009)

Em contrapartida, ao analisar a fragmentação da sociedade contemporânea brasileira, Barquero (2003) atribui ao capital social a capacidade de estancar este processo, por meio da ação coletiva e de três componentes essenciais: confiança, desenvolvimento de redes sociais e fomento ao engajamento cívico, lógica que coaduna com Matos (2009), ao afirmar que

> O conceito de capital social está intimamente relacionado com as interações nas redes sociais por meio de práticas comunicativas nas relações face a face e naquelas caracterizadas pela presença dos meios de comunicação massivos ou das tecnologias de informação e comunicação. Esse conjunto de trocas sociais guiadas pelas normas de confiança e reciprocidade pode contribuir para o desenvolvimento do capital social, como componente que integra os elementos ativos do capital humano e físico. E ainda, como resultado dessas relações comunicativas, é possível que sejam engendradas ações de engajamento cívico. (MATOS, 2009, p. 70)

As críticas de Putnam aos recursos midiáticos e tecnológicos no volume de capital social foram duramente rebatidas por Uslaner (2000, apud MATOS, 2007), ao afirmar que

> O fato de que as pessoas não estarem interagindo em espaços públicos visíveis não significa que elas estejam isoladas. Elas podem estar on-line para criar novos mundos virtuais, usando o chat com amigos novos ou antigos, visitando comunidades online, ou jogando com vários usuários. Com a internet faz-se necessário redefinir nossa compreensão do que é o capital social. (MATOS, 2007, p. 67)

De acordo com Barquero (2003, p. 95), o capital social é "construído em coletividades institucionalizadas tais como: universidades, corporações, governos, associações informais de pessoas em que o conhecimento e as visões de mundo formam-se e são transferidas" e tem dentre seus indicadores as obrigações, confiança, fluxo de informações, amigos, cultura, normas, redes e engajamento cívico dos atores envolvidos.

A partir destas reflexões, torna-se compreensível o estabelecimento de um vínculo conceitual entre a comunicação para cidadania e mobilização social, neste estudo

recortada como base para inclusão de pessoas com deficiências, e o aporte de capital social apresentado acima.

Transtorno do Espectro Autista (TEA)

De acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o autismo é classificado como "transtorno invasivo do desenvolvimento, definido pela presença de desenvolvimento anormal e/ou comprometimento que se manifesta antes da idade de 3 anos e pelo tipo característico de funcionamento anormal em todas as três áreas: de interação social, comunicação e comportamento restrito e repetitivo".

Trata-se de uma condição denominada como espectro, porque sua intensidade varia de pessoa para pessoa, de acordo com os sintomas apresentados, causada por um conjunto de fatores genéticos, biológicos e ambientais, cujo diagnóstico se dá por avaliação clínica multidisciplinar. Sua incidência é calculada de 1-2 a cada 1.000 pessoas, entretanto diversas pesquisas no Brasil e em outros países apontam um crescimento significativo nos diagnósticos nas últimas décadas. (SILVA; MULICK, 2009)

Ainda que não exista cura para o autismo, diversas intervenções terapêuticas têm sido utilizadas para melhoria das habilidades cognitivas, comunicacionais e relacionais das pessoas com TEA. Um dos fatores determinantes de sucesso é o diagnóstico e tratamento precoce, o que estabelece uma necessidade fundamental pela divulgação e conscientização de todos os atores sociais envolvidos, como familiares, profissionais de saúde e educação, agentes do poder público, formadores de opinião e sociedade em geral.

Lagarta Vira Pupa

O blog Lagarta Vira Pupa foi idealizado em janeiro de 2012 pela jornalista Andrea Werner Bonoli, mãe de uma criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), inicialmente para divulgação sobre o tema para familiares e amigos, e se tornou referência para conscientização e mobilização da sociedade. Passados cinco anos, a página de Facebook conectada ao blog possui mais de setenta e oito mil seguidores, sua

página do Instagram conta com mais de vinte e um mil seguidores e seu canal no Youtube tem cerca de seis mil inscritos e mais de setecentas mil visualizações.

Antes de dar início à pesquisa empírica, se faz necessária uma reflexão sobre o impacto da descentralização do poder de fala no atual contexto tecnológico da sociedade contemporânea, no qual todos os atores possuem espaço para assumir o protagonismo comunicacional em benefício de suas crenças, valores e temas de interesse. De acordo com Correa (2016), a digitalização da sociedade é um processo irreversível, "que reconfigura o tradicional processo de comunicação, no qual emergem a participação, a colaboração e o espaço para expressão de múltiplas vozes".

Caracterizada pela revolução via tecnologias digitais de informação e comunicação, a era da informação coincide com a emergência de uma estrutura social em rede, em todos os âmbitos da atividade humana, e com a interdependência global desta atividade. (CASTELLS, 2006) Ainda que o conceito de redes sociais refira-se à estruturação da humanidade em grupos sociais, portanto séculos antes da evolução tecnológica, não há como negar que a tecnologias digitais proporcionaram a expansão dos processos comunicacionais destas redes, a partir de elementos como a interatividade e a multimedialidade. Para Terra (2016), as interações nas redes sociais digitais possibilitam aproximação e empoderamento dos sujeitos, condição sine qua non para o exercício da cidadania.

O objeto de análise do artigo ficou restrito à página do Facebbok do blog, por meio da Análise de Redes Sociais (ARS), descrita por Recuero (2014, p. 62) como uma "forma de observar a estrutura social construída a partir de dados relacionais dos atores sociais (indivíduos ou instituições e grupos) e suas inter-relações", visando mapear a interação da página com seus seguidores, bem como dos seguidores com a página, a partir da perspectiva sociocultural.

O recorte restrito à página do Facebook pode ser justificado em dados como o levantamento Brazil Digital Future in Focus da ComScore (2015), que aponta os usuários brasileiros de Internet entre os mais engajados do mundo, sendo que as redes sociais são onde os brasileiros gastam mais tempo, no mundo digital. Seu tempo gasto nas redes sociais é 60% maior que a média mundial e dentre as redes sociais utilizadas no Brasil, o Facebook lidera com 78% da preferência. Já a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, elaborada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (BRASIL,

2014) aponta que 92% dos usuários de Internet no Brasil estão conectados via redes sociais, sendo o Facebook (83%), o Whatsapp (58%) e o Youtube (17%), as mais utilizadas.

Foram mapeados todos os posts realizados pela página Lagarta Vira Pupa, no período duas semanas: de 01 a 14 de julho de 2017, totalizando 46 postagens, classificadas por número de curtidas, comentários e compartilhamentos; origem (Blog, Facebook, Instagram ou site externo); tipo (informacional ou relacional, de acordo com classificação designada por Recuero (2005), para capital social constatado em interações nas redes sociais digitais); e aderência aos componentes de capital social citados anteriormente (desenvolvimento de redes/confiança ou fomento ao engajamento cívico), conforme dados apresentados nas tabelas abaixo.

Tabela 1- Comparativo das postagens e respectivas interações por tipo

	Informacional		**Relacional**		**Total**
	Total	**%**	**Total**	**%**	
Quantidade	25	*54%*	21	*46%*	46
Total de curtidas	10.038	*32%*	22.042	*68%*	32.080
Média de curtidas por post	402	*58%*	1.050	*150%*	697
Total de comentários	717	*30%*	1.654	*70%*	2.371
Média comentários por post	29	*56%*	79	*152%*	52
Total compartilhamentos	4.378	*56%*	3.422	*44%*	7.800
Média compart. por post	175	*103%*	163	*96%*	170

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Ao comparar as postagens e suas respectivas interações de seguidores pelo tipo - informacional ou relacional, nota-se um relativo equilíbrio na divisão das postagens pela página Lagarta Vira Pupa. Entretanto, a interação dos seguidores com a página é acentuadamente mais evidenciada, por meio de curtidas e comentários, nos posts cuja intenção aponta para o caráter de relacionamento, não de transmissão de informações. As

publicações categorizadas como informacionais, entretanto, obtiveram uma quantidade significativamente mais elevada de compartilhamentos.

Tabela 2- Comparativo das postagens e respectivas interações por aderência ao componente de capital social

	Desenvolvimento Redes/ Confiança		**Fomento Engaj. Cívico**		**Total**
	Total	**%**	**Total**	**%**	
Quantidade	34	*74%*	12	*26%*	46
Total de curtidas	27.589	*86%*	4.491	*14%*	32.080
Média de curtidas por post	811	*116%*	374	*54%*	697
Total de comentários	2.045	*86%*	326	*14%*	2.371
Média comentários por post	60	*115%*	27	*52%*	52
Total compartilhamentos	5.726	*73%*	2.074	*27%*	7.800
Média compart. por post	168	*98%*	173	*102%*	170

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Os dados apontam a prevalência (74%) de postagens focadas para o desenvolvimento de redes e de confiança, que obtiveram ainda maior repercussão dos seguidores, considerando-se a interação proporcional, com base nas curtidas, comentários e compartilhamentos, frente às publicações voltadas para o fomento de engajamento cívico.

Considerações finais

Ainda que este estudo represente uma visão preliminar, que proporciona novas frentes de análises, sobre a convergência entre mobilização social via mídias digitais em prol de pessoas com deficiência, especificamente sobre o Transtorno do Espectro Autista,

e o ganho de capital social para o blog analisado e a temática em si, surgem alguns tópicos de reflexão, após o levantamento realizado.

Os dados coletados apontam para um posicionamento da administradora da página de estabelecer contato a partir do equilíbrio das perspectivas informacional e relacional, com seus mais de setenta mil seguidores, em detrimento ao caráter exclusivamente informacional que compôs o propósito inicial do blog. No contrafluxo, os seguidores demonstram elevado nível de interação por meio de curtidas e comentários nas publicações relacionais, em que a administradora expõe questões e reflexões de cunho pessoal e muitas vezes emocional, o que permite inferir a criação de uma relação pautada por identificação e empatia. Já as publicações informativas obtiveram número maior de compartilhamentos, depreendendo-se uma demanda por conteúdos que possam ser repartidos pelos seguidores com suas próprias redes.

A classificação das publicações pelo critério de aderência aos componentes de capital social em apenas duas categorias se deu a partir da escolha intencional no agrupamento de dois conceitos: desenvolvimento de redes e confiança, pela falta de subsídios metodológicos. A autora entende que se faz necessária uma futura intervenção com as partes interessadas (administradora da página e seus seguidores) que permita a divisão. A preponderância das publicações voltadas para o desenvolvimento de redes e de confiança, bem como de interações dos seguidores, vai ao encontro do raciocínio apontado no parágrafo anterior sobre o estabelecimento de vínculos pessoais e emocionais entre a administradora e seus apreciadores, argumento reforçado pelo amplo volume de comentários positivos e entusiastas.

Torna-se evidente que a página Lagarta Vira Pupa estabeleceu ao longo de seus cinco anos de existência no Facebook, uma relação de proximidade e acolhimento com seus seguidores, que cresceram de forma exponencial. Nota-se, portanto, que a temática do Transtorno do Espectro Autista é exposta e debatida na página, mas o que mais se destaca é a interação pessoal e afetiva entre as partes, o que permite afirmar a presença de capital social nesta relação intergrupal.

Referências bibliográficas

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. Revista Sociologia e Política, n. 21, p. 83-108, Nov. 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília: Secom, 2014.

CASTELLS, M. Inovação, liberdade e poder na era da informação. In: MORAES, D. (org) Sociedade midiatizada. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

COMSCORE. Brazil Digital Future in Focus 2015. Disponível em: https://www.comscore.com/por/Insights/Presentations-and-Whitepapers/2015/2015-Brazil-Digital-Future-in-Focus. Acessado em: 01 Jul. 2017.

CORREA, E. S. A comunicação na sociedade digitalizada: desafios para as organizações contemporâneas. In: KUNSCH, M.M.K (Org.). Comunicação organizacional estratégica: Aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus, 2016.

CORTINA, A. Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

DEMETRIOUS, K. Public Relations, activism, and social change speaking up. New York: Oxfordshire. Londres: Routledge, 2013.

FARIAS, L. A. Opinião pública, mídias e organizações. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). Comunicação organizacional estratégica: Aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus, 2016.

HENRIQUES, M. S. Comunicação e estratégias de mobilização social. 3a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HONNETH, A. Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

KUNSCH, M. M. K; KUNSCH, W. L. (Orgs.). Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.

LAGARTA VIRA PUPA (Site/Blog). Disponível em: http://lagartavirapupa.com.br . Acesso em: 11 Jul. 2017.

MARQUES, A. C. S. ; MAFRA, R. L. M. Diálogo no contexto organizacional e lugares de estratégia, argumentação e resistência. Revista Organicom, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 10, n. 19, p. 72-84, 2013

MATOS, H. Capital social e comunicação: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.

MATOS, H. TIC's, internet e capital social. Revista Líbero. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, ano 10, n. 20, Dez. 2007.

OLIVEIRA, M. J. C. De públicos para cidadãos: uma reflexão sobre relacionamentos estratégicos. In: FARIAS, L. A. Relações públicas estratégicas. São Paulo: Summus, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). «F84. Transtornos Globais do Desenvolvimento». Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Disponível em: http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2016/en#/F80-F89. Acesso em: 01 Jul. 2017.

PERUZZO, C. M. K. Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. In: KUNSCH, M. M. K; KUNSCH, W. L. (Orgs.). Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, p. 45-58, 2007.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,1997.

RECUERO, R. Um estudo do capital social gerado a partir de redes sociais no Orkut e nos weblogs. Anais do XIV Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Niterói, 2005.

RECUERO, R. Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. 16(2): 60-77 maio/agosto, 2014.

SCHWARTZMAN, J.S.; ARAUJO, C.A. Transtornos do espectro do autismo. São Paulo: Memnon, 2011.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: Aspectos fundamentais e considerações praticas. Revista Scielo Psicologia, Ciência e Profissão, ed. 29, p. 116-131, 2009.

TERRA, C. F. Redes e mídias sociais: desafios e práticas no contexto das organizações. In: KUNSCH, M.M.K (Org.). Comunicação organizacional estratégica: Aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus, 2016.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VIEIRA, L. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro: Record, 2002.